

cena política



‘Mãe’ da telemedicina fake ataca UBS Digital

Vice-prefeita de São Caetano, Regina Maura Zetone (PSD) fez vídeo abordando a exclusão digital de idosos e, sem citar nominalmente o programa, teceu críticas ao UBS Digital, lançado recentemente pelo governo Tite Campanella (Republicanos) para atender moradores em horários de fechamento das unidades físicas. A grande questão é que Regina foi patrocinadora da chamada ‘telemedicina invertida’ na cidade, quando o paciente tinha de ir até a UBS de referência para passar por atendimento com um médico a distância – o programa capitaneado por ela beneficiava exclusivamente os médicos. A UBS Digital envolve a telemedicina na acepção da palavra, uma vez que o morador pode acessar, inclusive pelo celular, remotamente a consulta com enfermeira ou médico.

Bastidores

Capacitação

Presidente estadual do PSDB em São Paulo e ex-prefeito de Santo André, Paulo Serra (foto) ingressou no movimento RenovaBR, que se apresenta como a maior escola de formação política do Brasil. Pluripartidária e sem fins lucrativos, a instituição formada em 2017 se propõe a preparar lideranças políticas que comunguem do ideal de construir um País mais justo e menos desigual e trabalhem para uma democracia mais participativa e informada. O andreense, como se sabe, é pré-candidato a deputado federal em outubro.



Denis Maciel 30/6/26

Avanço em Brasília

O deputado federal Alex Manente (Cidadania) comemorou a aprovação, na CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania) da Câmara, da admissibilidade da PEC 21/2025, da qual é coautor, que torna imprescritíveis os crimes sexuais cometidos contra crianças menores de 12 anos. A proposta parte do entendimento de que muitas vítimas só conseguem denunciar os abusos anos – ou até décadas – depois dos fatos. Superada a análise de constitucionalidade, o texto segue agora para análise de uma comissão especial.

Sermão

Um dos principais líderes da Assembleia de Deus Ministério de Madureira – à qual deve, inclusive, o nome político (civilmente, ele se chama Antonio Cezar Correia Freire) – e integrante de partido que faz oposição ferrenha ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o deputado federal Cezinha de Madureira (PL) foi questionado no podcast *Política em Cena*, exibido pelo **Diário** na quarta-feira (15), sobre suas boas relações com o Planalto. “Igreja não é feita para brigar com o governo. Jesus era do PT ou do PL? Nosso Deus é de esquerda ou de direita? Temos de ter respeito pelas pessoas”, respondeu o parlamentar, pré-candidato à reeleição no pleito de outubro.

Por fora

Se o vice Rubão Fernandes (Solidariedade) é visto como o patinho feio no governo de Ribeirão Pires, por manter, à revelia do prefeito Guto Volpi (PL), a sua pré-candidatura a deputado estadual, por outro lado, o número dois do Paço mostrou força ao firmar dobrada com Aline Teixeira (União Brasil), filha do presidente da Câmara de São Paulo, Ricardo Teixeira (União Brasil), e cotada para concorrer a deputada federal. A dupla deve firmar aliança no município, em Rio Grande da Serra e em cidades da Baixada Santista. Ou seja, mais trabalho para o pai do chefe do Executivo, Clóvis Volpi (PSD), que também mira a Assembleia Legislativa.

Inclusão

O vereador Edison Parra (Podemos), de São Caetano, apresentou indicação à Secretaria de Educação solicitando estudos para ampliar, fortalecer ou instituir programas gratuitos de reforço escolar. O parlamentar quer maior apoio a alunos com TEA (Transtorno do Espectro Autista) e demais deficiências.

Ipred vai deixar 4.400 servidores aposentados sem antecipação do 13º

Instituto de Previdência de Diadema, que deveria pagar primeira parcela até a próxima segunda-feira (20), diz que fará o depósito em novembro

WILSON GUARDIA

wilsonguardia@dgabc.com.br

O Ipred (Instituto de Previdência de Diadema) anunciou ontem, no fim da tarde, a suspensão da antecipação da primeira parcela do 13º salário dos servidores aposentados. O saldo, segundo o cronograma constante no site da entidade autárquica, deveria ser quitado até segunda-feira (20); porém, os depósitos aos aproximadamente 4.400 beneficiários devem ocorrer apenas em novembro. O impacto da medida é estimado em R\$ 10 milhões.

A decisão pela postergação do valor, segundo apurou o **Diário**, afronta o descrito no Estatuto do Servidor, em seu Artigo 93, Parágrafo 5º. O texto diz que, “entre os meses de fevereiro a julho de cada ano, a critério da Administração, será pago como adiantamento, a título de primeira parcela do 13º, metade dos vencimentos recebidos pelo funcionário no mês imediatamente anterior ao pagamento”.

A decisão sobre a suspensão só foi anunciada após a equipe de reportagem questionar o Ipred sobre a possibilidade. Até então, a autarquia apenas mantinha em seu site um



Reprodução/Internet

VERMELHO. Ipred não tem dinheiro para honrar adiantamento do 13º

comunicado dizendo que a parcela inicial do 13º salário, prevista para o dia 20, estava “aguardando análise orçamentária”. Sem uma confirmação por parte do Instituto, informações de que o adiamento poderia ser adotado começaram a ganhar força e a circular entre vereadores da oposição, sindicalistas e grupos de beneficiários.

Sem posicionamento oficial do Ipred, Ruth Rosana Calvi, servidora aposentada do município, foi ontem até a Câmara se manifestar e cobrar respostas. Na tribuna livre, demonstrou preocupação com

relação ao recebimento da parcela e trouxe ao centro do debate a dívida da autarquia – consolidada pelo governo do prefeito Taka Yamauchi (MDB) em R\$ 1,2 bilhão – e pontos ainda obscuros sobre a movimentação de caixa do Instituto, que no passado já foi “superavitário” e que atualmente é “deficitário, quase falimentar”, segundo a beneficiária.

Ruth Rosana Calvi ainda afirmou que os vereadores deveriam se aprofundar na fiscalização da autarquia para, de fato, entender qual é o real problema. “O Ipred é uma cai-

AINDA EM DIADEMA

Câmara aprova LDO de R\$ 2,4 bi para 2027

Texto passou no plenário de forma unânime em dois turnos na última sessão antes do recesso

A Câmara de Diadema aprovou ontem, em dois turnos e de forma unânime, o texto da LDO (Lei de Diretrizes Orça-

mentárias) apresentado pela gestão do prefeito Taka Yamauchi (MDB). O projeto que estima para 2027 receitas de

R\$ 2,4 bilhões, majoração de 15% em relação ao texto deste ano, de R\$ 2,1 bilhões. A LDO, que agora vai para

sanção e promulgação do Executivo, estabelece metas fiscais, prioridades de investimento e diretrizes para a aplicação dos recursos públicos, servindo de base para a LOA (Lei Orçamentária Anual), normalmente votada pelas Câmaras no fim de cada exercício.

O aval à proposição agora abre caminho para a LOA (Lei Orçamentária Anual), que precisa ser enviada pelo Executivo aos 21 vereadores até 30 de setembro.

O texto aprovado pelos vereadores foi elaborado em consonância com o previsto na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orgânica do Município e no plano plurianual vigente.

Segundo Taka, o texto assegura que cada ação planejada esteja alinhada às reais necessidades da cidade e aos princípios da boa gestão pública. “A proposta estabelece diretrizes que fortalecem o desenvolvimento equilibrado do município, promovem maior transparência na aplicação dos recursos públicos e consolidam mecanismos de participação social no processo orçamentário. Mais do que números, este projeto traduz prioridades”, afirma o prefeito.

WG